



Fortaleza
CONANACEP

CONGRESSO NACIONAL DA ANCEP

Normas Vigentes do Comitê de
Pronunciamentos Contábeis - CPC

Carlos Omar Abdo

Conteúdo

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Breve histórico
- Pronunciamento Técnicos emitidos pelo CPC
- Impactos da adoção dos CPC nas EFPC

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Breve histórico

- Em janeiro de 2000 a CVM elaborou um anteprojeto de Lei de reforma da Lei 6.404/76. A proposição teve, desde início, por finalidade a modernização e harmonização da lei societária em vigor com os princípios fundamentais e melhores práticas contábeis internacionais, visando a inserção do Brasil no contexto de globalização econômica.
- Segundo mencionado pela CVM, a reformulação foi proposta visando, principalmente, os seguintes aspectos:
 - Corrigir impropriedades e erros da Lei societária de 1976;
 - Adaptar a lei às mudanças sociais e econômicas decorrentes da evolução do mercado; e
 - Fortalecer o mercado de capitais, mediante implementação de normas contábeis e de auditoria internacionalmente reconhecidos.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Breve histórico

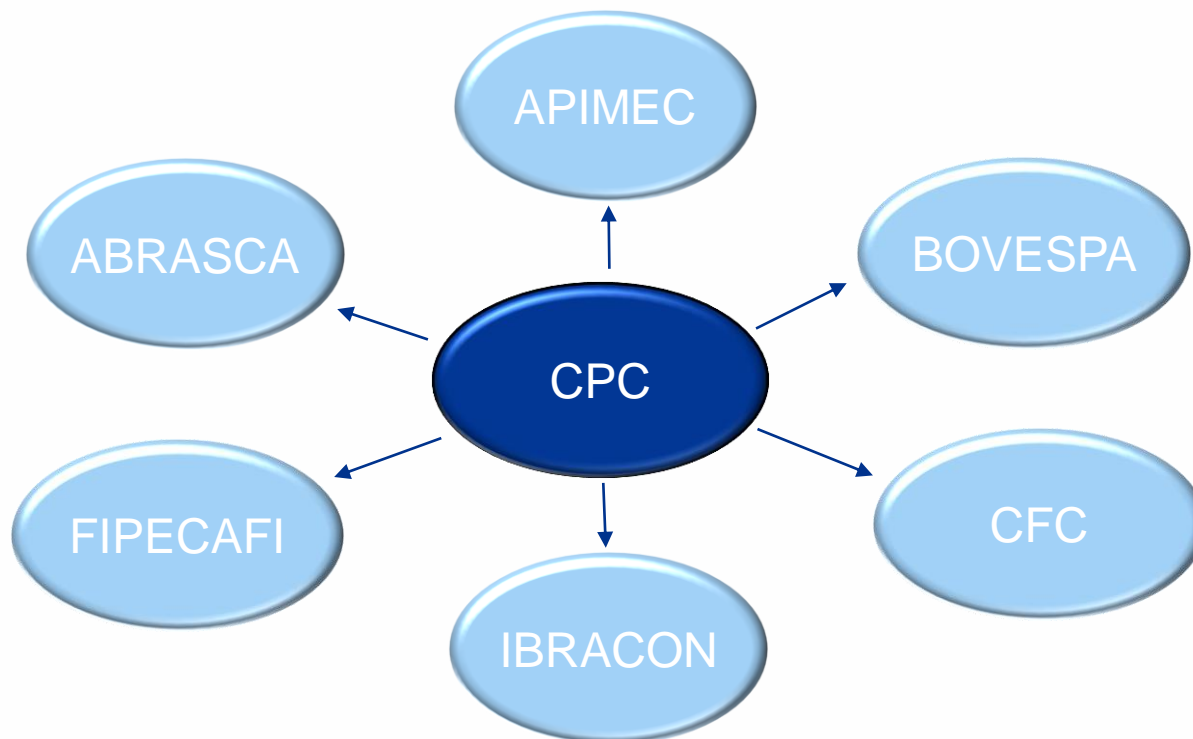
- Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Breve histórico

Necessidades:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

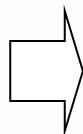
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades:



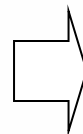
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC é a principal entidade no Brasil que atua na convergência ao IFRS

Processo de convergência aos padrões contábeis internacionais

Em busca da **uniformização das informações contábeis**, vários organismos societários e contábeis nacionais iniciaram discussões visando a implementação de alternativas viáveis para a harmonização das informações contábeis sob o modelo IFRS (*International Financial Reporting Standards*).



A adoção de uma nova linguagem contábil visa melhorar a qualidade da informação contábil e dar maior transparência às informações societárias.



Dentro deste cenário foi publicada a **Lei nº 11.638/07**, posteriormente a Medida Provisória nº 449/08, as quais alteraram diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76, a fim de regular a transição para o novo modelo contábil, nos moldes internacionais.

Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu 43 CPC:

- .: **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**
- .: **CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**
- .: CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- .: CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- .: **CPC 04 (R1) - Ativo Intangível**
- .: **CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas**
- .: CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil
- .: CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais
- .: CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários
- .: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado
- .: CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- .: CPC 11 - Contratos de Seguro

Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC

- .: CPC 12 - Ajuste a Valor Presente
- .: CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08
- .: **CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação**
- .: CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios
- .: CPC 16 (R1) - Estoques
- .: CPC 17 - Contratos de Construção
- .: CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada
- .: CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)
- .: CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos
- .: CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária
- .: CPC 22 - Informações por Segmento
- .: **CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**
- .: **CPC 24 - Evento Subsequente**
- .: **CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC

.: **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

- .: CPC 27 - Ativo Imobilizado
- .: CPC 28 - Propriedade para Investimento
- .: CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola
- .: CPC 30 - Receitas
- .: CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
- .: CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
- .: CPC 33 - Benefícios a Empregados
- .: CPC 35 (R1) - Demonstrações Separadas
- .: CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas
- .: CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- .: **CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração**
- .: **CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação**
- .: **CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação**
- .: CPC 41 - Resultado por Ação
- .: CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41
- .: CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (R1)

IAS 26 – Contabilização e relatórios financeiros de planos de benefícios de aposentadoria

Impactos da adoção dos CPC nas EFPC

Adoção total ou parcial dos CPC deverá gerar impactos nas EFPC.

Impactos:

- Impactos na contabilidade e elaboração de relatórios
- Impacto no negócio
- Impacto em sistemas e processos
- Impacto nas pessoas

Impactos da adoção dos CPC nas EFPC

Impacto na contabilidade e elaboração dos relatórios:

- Determinar as novas políticas contábeis.
- Efetuar a análise do gap entre as informações requeridas e as atualmente disponíveis.
- Considerar os impactos no reporting.

Impacto no negócio:

- Entender os impactos financeiros e gerenciais da adoção de novas normas.
- Novos requerimentos deverão ser entendidos pelos stakeholders (Conselheiros, Administradores, Participantes e etc.) para evitar interpretações errôneas.

Impactos da adoção dos CPC nas EFPC

Impacto nos sistemas e processos:

- Determinar quais são as mudanças requeridas de modo a alimentar adequadamente os sistemas para que os mesmos gerem as informações adicionais necessárias.
- Entender o impacto em outros projetos da entidade.
- Entender os procedimentos necessários para garantir a elaboração adequada das demonstrações financeiras.

Impactos da adoção dos CPC nas EFPC

Impacto nas pessoas:

- Patrocínio da administração
- Necessidade de um plano de comunicação interno
- Cumprimento e apoio das áreas operacionais
- Planejamento adequado para treinamento e transferência de conhecimento

Impactos da adoção dos CPC nas EFPC

Resumo dos impactos – Vantagens:

- Essência sobre a forma - maior necessidade de documentar as decisões
- Maior inclusão da Alta Administração em discussões contábeis
- Maior transparência

Resumo dos impactos – Desvantagens:

- Investimento em pessoas, processos e sistemas
- Possíveis erros em entidade menos diligentes

Réplica

1. Emissão de relatório dos auditores (parecer) sobre demonstrações financeiras cujas notas explicativas não traziam informações detalhadas por planos de benefícios.
2. Relatórios dos auditores independentes sem opinião por plano de benefícios.

8º CONANCEP

Obrigado!

Contato:

Carlos Omar Abdo

Financial Services

Diretor

+55 (11) 2183-6442

cabdo@kpmg.com.br

- © 2012 KPMG Auditores Independentes, uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.
- A KPMG International não presta serviços a clientes. Este documento não poderá ser divulgado, comentado ou copiado, no todo ou em parte, sem o nosso prévio consentimento por escrito. Qualquer divulgação para além da permitida poderá prejudicar os interesses comerciais da KPMG Auditores Independentes. A KPMG detém a propriedade deste documento, incluindo a propriedade do *copyright* e todos os outros direitos de propriedade intelectual.
- O nome KPMG, o logotipo e “*cutting through complexity*” são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.